

Entre bons patrões e trabalhadores obedientes?

Terra, trabalho e resistências em Miguel Alves/Piauí. (1950-1990)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira¹
Eurípedes Antônio Funes²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações sociais estabelecidas entre trabalhadores rurais e proprietários de fazendas de Miguel Alves, Piauí. Cenário de múltiplas disputas e tensões no campo, o município está situado na região Meio Norte piauiense. A discussão centraliza-se entre os anos de 1950 e 1990. De um modo geral, abordamos as condições de vida e trabalho neste cenário, convencionalmente chamado de sistema de moradia, no qual os não proprietários poderiam ter acesso a uma parcela de terra em troca do pagamento de renda e cumprimento de obrigações aos fazendeiros. Destacamos as estratégias de sobrevivência, formas de exploração, controle e dominação, igualmente, as resistências possíveis. Dialogamos principalmente com os conceitos de *experiência* e *paternalismo* de E. P. Thompson (1998); *micro-resistência* e *discurso oculto* de James C. Scott (2002)/(2013). A metodologia da História Oral é importante na pesquisa, pois através da realização de entrevistas de história de vida, com roteiros semiestruturados, foi possível ter acesso às memórias e problematizar as experiências dos antigos moradores das fazendas. Da mesma forma, fazemos uso de fontes hemerográficas, fontes oficiais, memórias e crônicas.

Palavras-chave: Terra. Trabalho. Sobrevivência. Experiência. Resistências.

Abstract: This paper aims to analyze the social relations established between rural workers and ranch owners in Miguel Alves, Piauí. Scenario of multiple disputes and tensions in the countryside, the municipality is located in the Middle North Piaui region. The discussion centers on the 1950s and 1990s. In general, we address living and working conditions in this scenario, conventionally called the housing system, where non-owners could have access to a parcel of land in return payment of income and compliance with obligations to farmers. We highlight survival strategies, forms of exploitation, control and domination, as well as possible resistances. We dialogue mainly with the concepts of experience and paternalism of E. P. Thompson (1998); micro-resistance and occult discourse by James C. Scott (2002) / (2013). The methodology of Oral History is important in the research, because by conducting life story interviews with semi-structured scripts, it was possible to have access to memories and problematize the experiences of former farm residents. Similarly, we make use of hemerographic sources, official sources, memories and chronicles.

Keywords: Land. Work. Survival. Experience. Resistances

Between good bosses and obedient worker?

Land, work and resistances in Miguel Alves/ Piauí. (1950-1990)

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. E-mail: marvieira21@hotmail.com

² Professor Dr. do Departamento de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. E-mail: eufunes@terra.com.br

1. Introdução

A proposta deste artigo³ é debater sobre as relações estabelecidas entre trabalhadores rurais pobres, sob a condição de agregados de fazendas, e proprietários. Entre os anos de 1950 e 1990. O período justifica-se pelas transformações ocorridas nas dinâmicas econômicas e sociais do meio rural piauiense, e do mesmo modo, pela intensificação de conflitos agrários, que se deram por todo o país.

O município selecionado foi palco de múltiplos e diversificados conflitos entre trabalhadores e latifundiários. Como fruto destas lutas, entre 1990 aos dias atuais foram implementados 27 assentamentos rurais no município. Destes, 14 foram constituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 03 pelo Instituto de Terras do Piauí e 11 implementados através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nesta áreas, cerca de 1.375 famílias conquistaram a posse da terra.

Desse modo, nos concentramos nas relações sociais, condições de vida e resistências no período que antecedeu a constituição dos assentamentos rurais em Miguel Alves. Para discutir sobre estes aspectos dialogamos com autores da História Social e fazemos uso de variadas fontes, das quais ganham espaço as entrevistas de história de vida realizadas com assentados, que viveram sob condição de agregados de fazendas da região.

Dito isso, na sequência da argumentação discutimos inicialmente em *Transformações no mundo rural piauienses* o novo perfil das relações de trabalho estabelecidas no campo piauiense pós anos de 1950, situando o município de Miguel Alves neste contexto. No segundo momento, em *Subordinação e discurso oculto dos trabalhadores* analisamos as experiências dos agregados para explorar a complexidade da relação com os patrões, bem como a margem de resistências possíveis. Por fim, em “*Foi uma revolução*” discorreremos sobre o cenário de conflitos abertos e de violência no campo.

2. Transformações no mundo rural piauiense.

Miguel Alves localiza-se a 110km da capital Teresina. Situa-se no Território Entre Rios que integra a macrorregião do Meio Norte da Bacia do Parnaíba, espaço caracterizado pela abundância em áreas de matas de cocais com predominância de babaçuais, e insere-se na transição entre caatinga e a floresta equatorial (PLANAP, 2006).

³ Este trabalho é parte do primeiro capítulo de nossa dissertação de mestrado, ainda em processo de produção, *Luta pela terra, migrações e trabalho escravo. (Miguel Alves, Piauí/ 1980-2019)*.

A espacialidade de Miguel Alves em dias atuais é marcada como lugar de saída e posterior retorno de migrantes que buscam alternativas de trabalho país a fora. Entretanto, o município já se caracterizou como espaço de chegada. Afinal, emancipado desde 1912 teve sua fundação e crescimento populacional dada sob o signo das migrações de cearenses entre o final do século XIX e anos 70 do seguinte. Sua população atual é de 32.209 habitantes e possui uma área de aproximadamente 1.419,1 km². (IBGE, 2010)

O panorama das relações sociais no campo no município, assim como outros que fazem parte da região meio norte do estado, passou por transformações a partir dos anos de 1950. Trata-se do período de declínio do extrativismo vegetal (de produtos como babaçu, maniçoba e carnaúba) em consonância com a derrocada da pecuária extensiva, seguida da expansão da lavoura. Esta última atividade, até então de importância secundária, se torna a principal atividade econômica do campo constituindo “a marca mais importante da transformação da vida rural piauiense” (DOMINGOS NETO, 1987, p 53).

Esta mudança nas dinâmicas da economia rural em que o latifúndio pecuarista, ou voltado para a exploração extrativista, cedeu espaço para a ampliação de pequenas unidades de exploração acentuou-se até os anos de 1970. Conforme Rocha (2015, p.30) este contexto foi marcado por um processo no qual “famílias não proprietárias que formavam roças para o cultivo de culturas temporárias eram obrigadas a pagar renda e a prestar alguns serviços ao proprietário”. Ou seja, este foi o período de ampliação extraordinária do número de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e agregados.

Os trabalhadores de assentamentos rurais que destacamos neste artigo vivenciaram, ou são filhos e netos de trabalhadores que experienciaram este momento de transformações econômicas sob a condição de agregados de fazendas da região. De acordo com a historiadora Marina Machado o agregado se trata do trabalhador livre que mora nas:

terras do proprietário, mas que não faz parte da família, nem do quadro de trabalhadores, estabelecendo com o proprietário uma relação de trabalho na qual cultiva as terras mediante acordos previamente fixados, como por exemplo, dar alguns dias de trabalho ao dono das terras ou mesmo uma parte de sua produção como pagamento em troca da utilização das terras. Por meio desses acordos, esses trabalhadores conseguem uma oportunidade de trabalho e subsistência. Em suma, o agregado é uma pessoa livre, residindo em domicílio de terceiros que fornece mão de obra em troca de um pagamento não-salarial. (MACHADO, 2005, p. 20)

É possível vislumbrar as condições de vida dos agregados e a relação com os proprietários entre os anos de 1950 e fins dos anos de 1980, quando se intensificam as lutas

pela terra, no livro: *O Casarão do Olho d'água dos Azevedos*⁴, escrito por Maria Francisca de Azevedo⁵. Conforme a autora o tratamento entre fazendeiros e moradores na fazenda Olho d'água, propriedade de sua família, se dava nos seguintes moldes:

Os vaqueiros eram tratados como pessoas da família. Ainda hoje mantém-se o respeito com que meus avós acostumaram os moradores da fazenda. A responsabilidade dos patrões por eles, na doença e morte, continua como no tempo antigo e eles cumprem o dever de trabalhar para o patrão quando solicitados e dentro de suas circunstâncias, paga sua diária pelo preço atual; de bater as estradas e limpar o olho-d'água uma vez por ano, vender a safra para os patrões pelo preço corrente não podendo retirar seus produtos para vender a outros proprietários. Vovô Antônio faleceu cedo, deixando todos estes costumes que a família continua, sem nenhum preceito de violação porque todos são muito unidos. (AZEVEDO, 1986, p. 21)

De acordo com o trecho, aparentemente, a relação entre patrões e subalternos se dava sob bases sólidas de respeito mútuo. Predominava extensa generosidade por parte dos proprietários que cediam a terra em troca de obediência, no que se refere a exclusividade da entrega de parte da produção, e disponibilidade para execução de outras atividades exigidas. Nestes “costumes” estão claras as formas hegemônicas de dominação.

O pagamento monetário de diárias nos dimensiona a penetração de elementos capitalistas nas relações sociais no campo piauiense. Entretanto, os contratos verbais de agregação comumente se baseavam no pagamento das rendas com parte da produção. Sobre isso, em estudo sobre migrações de cearenses para municípios do Piauí, entre estes Miguel Alves, no decorrer de 1940 à 1970, Costa (2018) explica que nas relações entre proprietários e agregados de fazendas:

O sistema de “quartas por linha” era o predominante no pagamento de renda, e variava com relação à quantidade de quartas que era paga ao proprietário

⁴ O escrito é composto de memórias, crônicas, poesias e se encerra com a genealogia da família da autora. A perspectiva adotada é a vista de cima. O destaque é dado aos feitos de grandes sujeitos das elites rurais locais. Entretanto, a importância de seu uso para o conjunto de nossas reflexões encontra razões no fato de se tratar de trabalho que esboça fragmentos relacionados aos modos de vida em uma das maiores fazendas do município. Fazenda de onde se originaram muitos trabalhadores migrantes, e que ainda em dias atuais é objeto de disputa na justiça entre herdeiros dos Azevedos e antigos moradores.

⁵ Nasceu em 1951, na Fazenda Olho d'Água, onde passou a infância e adolescência para ir, aos 18 anos, concluir seus estudos na capital o estado. Alternando sua estadia entre Teresina e o município de Miguel Alves, Francisca atuou como professora do ensino básico, funcionária da Secretaria do Serviço Social do Comércio (SESC) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi membro do Instituto Genealógico e Heráldico do Piauí, além de membro da União dos Escritores do Brasil – seção Piauí. E, no ano de 1992 publicou *Casarão do Olho d'água dos Azevedos* pela Companhia Editora do Piauí (COMEPI). Livro que deu início em 1986. AZEVEDO, Maria Francisca. **O Casarão do Olho d'Água dos Azevedo**. Teresina, COMEPI, 1992, p.04

no final da colheita e quanto aos tipos de culturas que eram cultivadas, podendo variar entre milho, arroz ou outro cereal. (COSTA, 2018, p.66)

Neste sistema, que poderia sofrer variações específicas, geralmente uma quarta correspondia a aproximadamente 60 quilos de produtos cultivados a serem pagos por linha, ou seja, a cada 55 metros² de terra cultivadas. Sob ameaças de expulsão, as rendas deveriam ser pagas independentes da situação. Estas exigências de pagamentos, dentre outras obrigações são reveladoras das práticas de espoliação que mantinham em condições de extrema pobreza trabalhadores presos a contratos verbais e desiguais, que poderiam a qualquer momento serem desfeitos a favor dos proprietários.

3. Subordinação e discurso oculto dos trabalhadores

Para entender a maneira em que se davam as relações sociais no campo procuramos analisar as experiências dos trabalhadores que vivenciaram aquelas condições. As diferentes trajetórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras são constituídas de múltiplas vivências. Muitas das ações recordadas são permeadas de ambiguidade. Apesar da complexidade, se tratam de preciosos fragmentos do passado que podem nos auxiliar a produzir uma perspectiva mais aproximada do modo em que se deram as relações sociais entre agregados e fazendeiros.

Diante disso, o relato de José Osmar⁶ é importante para a nossa discussão, trabalhador rural de 46 anos, casado e pai de 5 filhos. Quando questionado sobre suas lembranças relacionadas à época em que vivia, juntamente com sua família, sob a condição de agregado da então fazenda Tapuio, até então propriedade de Lourival Sales Parente, nos contou que:

As pessoas não podia tapar uma casa de taipa porque transparecia que o proprietário ficava com medo de ter a terra tomada em função de ter uma casa pra ele, já era melhorada. E a rivalidade da conquista que nós conseguimos pela luta da terra, foi, ela nasceu, da união das pessoas em insistir em morar numa casa que pra ele era melhor, tapadinha de taipa, as paredes cheias, as portas, as portinha de talo ou de madeira, não podia retirar madeira em ponto algum. Se comprava um produto lá em Miguel Alves era quase que fiscalizado pra saber o que era que as pessoas consumia. Era uma

⁶ Esteve diretamente envolvido no processo de luta pela terra na região. Vive com a família no assentamento rural P. A. Fazenda Tapuio, popularmente conhecido por Vila Tapuio, implementado pelo INCRA no ano de 1991. Foi através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Miguel Alves, Piauí, que estabelecemos contato com o entrevistado. Muito acessível e assumindo um postulado de liderança da comunidade, tendo sido presidente da associação dos moradores entre 2008 e 2010, concordou em ceder uma entrevista sobre sua história de vida.

subordinação que as pessoas ficavam chamado no cabresto”. (JOSÉ OSMAR, 2018)

A fala de José Osmar traz um vocabulário que ressalta a “rivalidade da conquista”, “luta pela terra”, “união das pessoas”, “subordinação” e “cabresto”. As expressões destacadas pelo entrevistado estão articuladas diretamente com antagonismos aflorados a partir da intensificação dos conflitos agrários no município nos anos finais da década de 1980. Compreendemos que o modo explícito em que estes elementos vem à tona em sua narrativa são frutos da própria experiência do trabalhador. Pois, além da participação direta nas reivindicações pelo direito à terra, também esteve envolvido em movimentos sociais aliados dos camponeses naquele cenário, como a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No fragmento da narrativa citado acima podemos visualizar as desumanas condições de vida dos agregados. Os pagamentos pelo uso da terra, a retirada de madeira, e os retoques nas simplórias moradias configuravam-se em desrespeito à autoridade do proprietário. O patrão estreitava a vigilância, monitorando inclusive o consumo dos trabalhadores no intuito de manter vigorosa a dominação diante de seus subalternos.

Em contraposição ao exposto, é importante refletir que nem todos os entrevistados deixam bem especificados os descontentamentos vivenciados naquele contexto. A exemplo de Dona Maria Duvalina, 54 anos, moradora do assentamento São Luís, Miguel Alves, Piauí, lavradora, quebradeira de coco babaçu, esposa e mãe de migrantes temporários. Recordando de suas experiências quando viveu sob a condição de agregada em uma fazenda da região, ao falar do antigo proprietário, Duvalina narrou que:

Maria Duvalina: Eu mesmo ele me ajudou muito, a criar meus filhos. Tive 14 filhos. Pra mim ele era bom.

Marcelo: Ele lhe ajudou como?

Maria Duvalina: Assim, eu tive muito precisando de uma coisa ele me ajudava. Tudo era difícil e quando a gente vivia um aperreio ele ajudava. Ele gostava muito de mim. O meu pai foi vaqueiro dele muitos anos, meu pai. Papai largou de trabalhar pra ele porque ficou ruim da vista e não pode trabalhar mais com negócio de vaqueiro, aí eu fiquei morando no terreno dele, aí ele me ajudava muito. Às vezes a gente tava num aperreio, tinha vez que ele me dava roupas, tivesse um doente ele pegava e levava pro médico, dava o remédio, não precisava pagar, pra mim ele não era ruim não. Os outros se reclamava dele. (MARIA DUVALINA, 2018)

Neste trecho da entrevista o patrão é caracterizado como uma figura caridosa sempre presente e disposto a ajudar os moradores da fazenda em todas as circunstâncias, fazendo

doações, como roupas, e prestando assistência em momentos de doença. Mas a questão que vem à tona seria por que razões Dona Maria Duvalina apresenta esta visão de bondade patronal?

De certo modo, acreditamos que as origens deste comportamento sejam encontradas na postura de prudência adotada pela trabalhadora ao falar do modo vida na condição de agregada. É possível que a entrevistada tenha prezado pela cautela em apontar abertamente reclamações ao antigo patrão. Devido a situação de estar na presença de um pesquisador, até então desconhecido, que empunhava um gravador para registrar o diálogo.

Quanto à isso nos fundamentos nos apontamentos do historiador italiano Alessandro Portelli. Partindo de sua extensa experiência no trato de fontes orais, o autor esclarece que o processo da realização de entrevistas dar-se num cenário de desigualdade e disputa entre pesquisador e entrevistado. Esse encontro geralmente esbarra nas diferenças existentes entre sujeitos de planos sociais diferentes, causando estranhamento. O que pode definir a adoção de certos comportamentos contidos dos indivíduos entrevistados. Diante de tais circunstâncias seria de suma importância a tentativa do estabelecimento de igualdade entre os sujeitos para a fluência de um diálogo aberto. Neste sentido, acrescenta-se que:

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte realmente não pode ver a outra ao menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. (PORTELLI, 1997, p.09)

Diante de nossa presença Duvalina, munida de desconfiança, termina por reproduzir um discurso público correlato à deferência ao bondoso patrão. Discurso comum entre aqueles que viveram como agregados de fazendas da região. Quando analisamos a história de vida de outros sujeitos o relato da bondade patronal se manifesta. A trajetória de Aurélio Andrade⁷, 57 anos, nos serve de exemplo.

⁷ O lavrador, casado e morador do assentamento P.A. Bonfim/Jenipapeiro, (localizado em Miguel Alves, Piauí, criado pelo INCRA em 1998) é pai de oito filhos. Narrou que migrou diversas vezes para trabalhar em estados da Região Amazônica. Iniciou suas viagens na década de 1980, sendo no ano de 1986 reduzido à condição de escravo em uma fazenda no estado do Pará, de onde fugiu escondido em um caminhão na companhia de outros cinco trabalhadores. Suas experiências enquanto migrante (inclusive enquanto esteve escravizado e sua fuga) são retratadas em músicas e vídeos que produziu.

Ao recordar das condições de vida nos tempos de infância e juventude descreve o dono da propriedade em que viveu com sua família como agregados, da qual foram expulsos nos anos de 1990, do seguinte modo:

O povo tudo era amigo dele lá, do Budica. O Budica era gente boa demais, ela não, ele era assim: enrolado pra pagar a gente, o povo, mas ele era amigão assim, todo mundo tava bebendo cachaça junto, aquele frejo todo, todo mundo gostava dele, ele era enrolado mas era um cara legal, o povo todo trabalhava muito pra ele tomando cachaça, tinha uma turma aqui no Genipapeiro, eu era muito rapaz nesse tempo, ele botava uma roça grande, tratava todinha sem pagar nenhum centavo, só quando ia somar o cara tava devendo era mais do que ... bebendo pinga toda noite e trabalhando e ele não tava nem aí quando ia somar o peão tava era devendo mais ainda. Ele era um cara do meio do povo, não tinha isso não. (AURÉLIO ANDRADE; 2019)

O trecho é bastante oportuno por demonstrar as formas de exploração, controle social e complexidades no que faz menção às formas em que se davam as relações entre fazendeiros e agregados. Nitidamente sublinha-se a mitigação dos pagamentos e o trabalho por dívida figuravam como formas dos donos de terras se aproveitarem dos trabalhadores pobres. O estabelecimento de proximidade através de supostos laços de amizade, trata-se de um gesto teatralizado adotado cujo interesse estava muito mais voltado para o desejo de controle social. E claro, apesar disso, nas memórias de Aurélio a imagem do antigo patrão não é essencialmente a de quem roubava seu tempo e força de trabalho, mas a de uma figura carismática e acima de tudo afável.

Entretanto, perante este fator, devemos entender que a gratidão e ocultação de queixas faziam parte de um conjunto de práticas tomadas que garantiam relativa margem segurança ao trabalhador. Naquele contexto de exploração e subordinação, marcado por constantes ameaças de expulsão das terras, tais maneiras de agir se faziam imprescindíveis para a sobrevivência. Quanto a isso fazemos um paralelo com Eduard P. Thompsom que estuda o comportamento dos pobres ingleses no século XVIII e explica como “a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão; a partir de baixo poderia ser vista como auto preservação necessária” (THOMPSON, 1998, p.78).

A deferência ainda nos remete ao intento de dominação por parte dos patrões. Afinal, a obediência igualmente personificava a exigência de respeito por parte dos proprietários rurais. Quanto a isso, o cientista político e antropólogo norte-americano James Scott em sua obra *A Dominação e a Arte da Resistência* traz contribuições formidáveis quando esclarece que:

As práticas materiais de dominação pessoal estão quase sempre intimamente associadas a um processo de apropriação. As elites dominantes reclamam tributos materiais sob a forma de trabalho, cereais, dinheiro e serviços além de reclamarem tributos simbólicos sob a forma de manifestação de respeito, códigos de conduta, atitudes, fórmulas verbais e manifestações de humildade. (SCOTT, 2013, p.259)

Mas ao promoverem nas falas uma espécie de respeito, defesa e exaltação da bondade dos proprietários das fazendas estariam os entrevistados totalmente em posição complacente? Acreditamos que não, pois é necessário levar em conta que o “subordinado vive num vai e vem constante, por assim dizer, entre dois mundos: o do grupo dominante e o mundo fora de cena dos subordinados”. (SCOTT, 2013, p. 263).

Nestas idas e vindas entre mundos diferentes a exposição de comportamentos amigáveis e respeitosos no trato com o patrão, se tratavam tanto como modos prudentes de agir e evitar retaliações por insubordinação, quanto como práticas necessárias voltada para a sobrevivência que permitiam ganhos para o trabalhador e para a família. Ou seja, não significava a total submissão à ideologia do grupo dominante, os antagonismos de classe existiam, porém, não manifestados de maneira aberta.

Partindo destas premissas é permitido vislumbrar como em outros momentos das entrevistas os trabalhadores deixam emergir algumas queixas, muito embora apresentadas de maneira tácita. Em vista disso, retomemos a entrevista de Maria Duvalina:

Maria Duvalina: Não posso nem dizer que ele era ruim pra mim. Agora o coco é assim, no velho era a assim, no velho ninguém vendia coco fora não. Agora, depois que o compadre Neto tomou de conta, ai o velho não, não, ai vendia onde queria. Mas antes no tempo do velho pai dele ninguém vendia não.

Marcelo: Como é que ele fazia pra...

Maria Duvalina: Vendia na quitanda dele, tinha tudo pra vender na quitanda dele. E se vendesse fora, ai era ruim, ele botava pra fora, botava pra fora.

Marcelo: Ele colocava pessoas pra fiscalizar?

Maria Duvalina: Não, mas na quitanda ele sabia quantos trabalhadores tinha. Ele passava o dia na quitanda e ... todo mundo vivia do coco né? E aquele que não vendia coco naquele dia ele perguntava o que tava fazendo, se não tava quebrando coco o que era que tavam fazendo. (MARIA DUVALINA, 2018)

Duvalina se refere ao extrativismo da amêndoa do babaçu e das restrições que o antigo proprietário impunham aos moradores, por volta das décadas de 1970 e 1980. Sob as ameaças

de expulsão das terras a comercialização em outros locais fora da propriedade era proibida. Salta aos olhos a maneira como o proprietário seguinte, apesar de não manter as mesmas restrições que seu pai estabelecia, aproveita-se de laços de compadrio para manter proximidade, supervisão e controle diante dos trabalhadores.

Sem deixar aflorar em sua narrativa contestações diretas a entrevistada aponta para as restrições com relação a comercialização do coco babaçu como aspectos que arranhavam a figura do patrão benevolente. Na realidade, entendemos que diante do comportamento ambíguo da narradora emerge um discurso oculto. Ou seja, uma consciência antagônica em oposição aos proprietários de terras. Consciência dialeticamente alimentada e fundamentadora de práticas discretas de resistência. No que concerne a este aspecto seria imprescindível esclarecer como o:

discurso oculto não é um mero rol de queixumes e imprecações sussurrados fora de cena; é também a concretização de um sem número de estratégias pragmáticas e discretas destinados a minimizar a apropriação material. (SCOTT, 2013, p. 259)

No discurso de Maria Duvalina apresenta-se a exposição de uma visão discordante às imposições do patrão. Visão que a lavradora coerentemente deveria manter secretada com pessoas de seu grupo social, sem manifestá-la publicamente. Aquela concepção dava propulsão para tomada de ações discretas contra a autoridade dos donos das terras. Concatenado a isso, é possível localizar pequenos atos de resistência na seguinte passagem da fala de Aurélio Andrade:

Aurélio: Ele comprava o dele e comprava o de quem levava (risos). Ele era comprador daqui do outro lado porque ele era legal com o povo e o povo gostava muito dele aqui. Ai ele aproveitava e levava pra ele. Era escondido né? Só que o dono sabia né? Ele falava era muito, só que o dono nunca pegou ninguém vendendo e ele não podia dizer nada. Só que ele dizia mesmo, que sabia que o Budica comprava os cocos dele mas nunca viu.

Marcelo: O Lacerda?

Aurélio : O Lacerda, dizia ele que sabia que ele comprava só que ele nunca pegou, e o povo não ia vender pra ele, ele não podia fazer nada, ele dizia mesmo, quando vinha sempre ele dizia “O Budica ta roubando, comprando meus cocos tudinho escondido que eu sei”, mas ai ele não fazia confusão não so falava isso. (AURÉLIO ANDRADE; 2019)

No trecho em que o narrador faz menção aos moradores da fazenda, Saco Barro de José de Deus Lacerda Filho, que vendiam clandestinamente coco babaçu. Maneira encontrada pelos trabalhadores naquele contexto de resistir às onerosas cobranças feitas pelo proprietário.

Afinal, “cada forma de controle ou pagamento do trabalho provavelmente gera, mantidas as demais circunstâncias, suas próprias formas de resistência silenciosa e “contra-apropriação” (SCOTT, 2011, p. 225)

Estas silenciosas práticas de resistência, tomadas em pequena escala na esfera do cotidiano, permitiu aos agregados contestarem o poder dos fazendeiros de forma indireta. Por outro lado, conforme Scott (2002, p. 12) “os camponeses não tem o monopólio dessas armas”. Pois, em sentido análogo a repressão a tais ações, por natureza complicados de serem comprovados e punidos, também se dava de modo indireto. Através da disseminação de rumores envolvendo ameaças de violência física, expulsão da propriedade e prisões, enxergamos como as elites rurais tentavam coibir as afrontas suscitando insegurança aos subordinados.

Diante disso, percebemos que o cenário aparentemente isento de conflitos tratou-se de um momento importante. No qual as resistências, dentro do campo de possibilidades estabelecido, se manifestavam silenciosamente na esfera do cotidiano. Compreendemos que estas práticas alimentaram as experiências dos trabalhadores, revigorando suas forças e abrindo seus horizontes para a lutas que aconteceram no decorrer das décadas seguintes.

4. “Foi uma revolução”

Na década de 1980 se acirraram os enfrentamentos entre agregados contra proprietários no município de Miguel Alves. O afloramento destes embates fizeram parte do contexto de intensificação da luta pela terra que se multiplicou e se fortaleceu por todo o país. Trata-se de um cenário marcado por transformações que efervesceram os debates na arena política sobre as questões agrárias.

A constituição de 1988 ampliou a cidadania ao homem do campo ratificando os debates para a concretização da Reforma Agrária. Além disso, o governo Sarney implementou o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com o objetivo de assentar aproximadamente um milhão e meio de famílias. (LINHARES, 1999, p. 195).

Entretanto, apenas setenta mil famílias foram assentadas. Isto devido a consolidação da União Democrática Ruralista (UDR) que reuniu forte representação parlamentar, recursos financeiros e apoio da classe industrial para conseguir estancar o projeto de Reforma Agrária.

Desse modo, ocasionando descontentamentos e fomentando a explosão de violência no campo. (LINHARES, 1999, p.196)

Dito isso, no Piauí, a região Meio Norte saltou como área de maior incidência de conflitos agrários do estado. Tensões comumente motivadas pelo despejo dos lavradores ou imposição de restrições, que comprometiam o plantio. Como pode ser atestado em jornal local que divulgou:

Os municípios onde existem os maiores números de conflitos agrários são: Esperantina, Madeiro, Miguel Alves, União, Assunção do Piauí, Buriti dos Lopes e Barras. Os conflitos surgem, segundo Gregório Borges, coordenador geral da CPT, quando ocorrem despejos de famílias de uma determinada área ou em caso de proibição de plantio com os trabalhadores. (MEIO NORTE, 2007, p. 05)

Nos cadernos *Cadernos de Conflitos no Campo Brasil*, publicações anuais que circulam desde 1985, localizamos através dos cadernos de 1990 à 2013 diversas evidências sobre as lutas travadas no município de Miguel Alves. Nestas fontes, especificamente entre os cadernos de 1990 e 1993 encontramos múltiplos registros sobre ameaças, perseguições, expulsões, agressões, torturas e mortes acontecidas em contendas pela posse da terra de um latifúndio da região: Fazenda Tapuio, até então propriedade de Lourival Sales Parente.

As tensões ocorridas nesta fazenda são elementos marcantes na memórias dos envolvidos. Relembrar daqueles momentos de perigo, coragem, articulações com movimentos sociais, usos de múltiplas táticas no desafio do poderio local ainda hoje emociona nossos narradores. José Osmar, atualmente assentado e na época agregado é exemplo disso. O início dos conflitos e o modo como se sucedeu são assim narrados:

A luta deu início em 1984 porque nesse ano deu um inverno muito forte, e foi quase que uma enchente idêntico as que vem acontecendo atualmente. E as famílias tomaram de conta de uma área que o latifúndio tinha cercado, ela dá uma faixa de uns seis quilômetros de comprimento, talvez por uns oitocentos de largura dando acesso à margem do rio. Ou seja, começou da sede da fazenda até no final.

Eram muitas famílias que foram trabalhar dentro dessa área. Começaram a trabalhar, isso no verão, depois que passou o período chuvoso de 1984. Aí, eles pegaram esse cercado que tinha sido feito, e eles já estavam sabendo qual era a finalidade, porque o latifúndio, o proprietário cercou como que se fosse expulsando eles de habitar dentro dessa área, ele cercou, teve casa que a cerca passou a três metros da parede do fundo, e eles viram que aquilo ali era uma forma de fazer com que eles saíssem daquele local, expulsão!

E eles fizeram diferente, reuniram e disseram “o que que nós faz? o que é que nós vamos fazer? É reunir um grupo de pessoas e vamos incomodar essa pessoa, esse cidadão com trabalho. E assim sucedeu toda a história.

(...) Eles pegaram e dividiram esse cercado em três partes, fizeram duas cercas, antes do meio e depois do meio, e chamaram as pessoas pra trabalhar lá dentro. Foi uma revolução! Esse grupo foi considerado como que se fosse assim os invasores, até pouco tempo essas pessoas ainda eram vistas como invasores.

(...) Aí o fazendeiro foi e botou o gado pra comer. Toda essa produção, três cercados e disse que lá era dele e era ele que mandava, então, ali tava pra ser feito o que ele determinasse. Botou no primeiro cercado que era a parte mais baixa, o segundo, já o terceiro era mais alto, olha, sabe sorrisal quando a gente põe dentro de água que ele se destrói em questão de segundo foi o que aconteceu lá.

Os animais destruíram esse cercado em questão de dias, imagine uma cerca que cerca seis quilômetros de comprimento por oitocentos de largura, é muita terra. Destruiu total. E as famílias fizeram o quê? Foram no sindicato e quiseram os direitos. (JOSÉ OSMAR, 2018)

Conforme a passagem a enchente no ano de 1984 comprometendo o plantio somado ao conjunto de explorações e restrições a que estavam submetidos motivaram os trabalhadores a ocuparem uma grande faixa de terra. Além da necessidade de ocupar uma área fértil às margens do Rio Parnaíba, portanto, promissora para o plantio. A ação foi uma resposta à tentativa sutil de expulsão que sofreram pelo proprietário que havia cercado aquelas terras dificultando a vida dos trabalhadores.

Incomodar o proprietário através do trabalho aclara uma atmosfera de desgaste de relações sociais até então estabelecidas. Os trabalhadores não aceitavam mais sustentar com seu suor as regalias de um vida opulente dos ditos proprietários rurais. Enquanto, o restrito acesso à terra, o pagamento de rendas somadas as múltiplas restrições mal lhes permitiam obter o necessário para sobreviver.

Além de se apresentar como um valor moral, o trabalho, salta como elemento fundamentador do direito de posse. Por isso, não seriam invasores. A terra deveria pertencer aos que nela realmente trabalhassem e mantivessem um sentimento de pertencimento fundamentado por suas experiências consolidadoras de vínculos com o local. A analogia estabelecida entre a destruição da plantação, ocupada pelos trabalhadores, com a de um medicamento cuja a dissolução é instantânea (o sorrisal), nos parece um recurso dramatizador utilizado pelo narrador para destacar as injustiças, abusos e repressões vivenciados pelos antigos moradores.

José Osmar menciona a participação do Sindicato do Trabalhadores Rurais do município. Sendo importante ressaltar que ladeado da CPT foram os principais movimentos

sociais que auxiliaram na articulação e organização da resistência nas lutas decorridas no município. O entrevistado narra que na sequência da destruição da plantação o clima de tensões foi acirrado. Como forma de intimidação o então proprietário utilizou tratores para desmatar os arredores das áreas ocupadas pelos trabalhadores gerando nossos conflitos. Assim, sequência dos embates na Fazenda Tapuio foram violentos e dramáticos.

A historiadora Regina Beatriz Gomes Neto (2014) explica que a intensificação de práticas de violência permeando as relações de trabalho no campo fazem parte da lógica política que gira em torno da prática laboral no país no contexto do capitalismo nas últimas quatro décadas. Conforme a autora o debate sobre a relações entre trabalho e práticas de violência:

Significa, também, assinalar as alianças políticas que se estabelecem entre proprietários/empresários e o Estado (nos níveis estadual e federal) – com destaque para as instituições da justiça e os aparelhos de repressão policial. Essas alianças potencializam sua força ao contar, também, com o aparato de grupos armados de pistoleiros, jagunços e capatazes que constituem milícias privadas. (NETO, 2014, p.30)

Neste sentido, podemos compreender o cenário de coligação entre o proprietário da fazenda Tapuio, policiais e bandos armados no intento de expulsar os trabalhadores ocupantes da terra. Objetivo que tentou-se alcançar através do método da violência e medo. Conforme foi noticiado por uma matéria Jornal O Dia⁸ sobre a tensões violentas no campo piauiense por volta do início da década de 1990:

na briga pela ocupação em Miguel Alves, que envolveu até a polícia para intimidar os posseiros que vivem na Lagoa do Cazuza de propriedade do empresário Lourival Parente, o trabalhador rural Irênio de Sousa Nascimento foi assassinado no dia 20 de novembro de 1990. Os moradores desconhecem os autores do crime mas suspeitam de Chico do Vale, o homem que vive constantemente aterrorizando os moradores ameaçando-os de morte e expulsão. (JORNAL O DIA, 20 DE JUNHO DE 1991, p. 20)

A notícia coloca em relevo a morte de Irênio de Sousa Nascimento, na Lagoa do Cazuza, localidade situada no interior da fazenda. Apesar de publicada sete meses após do acontecido, o jornal oculta informações mais precisas sobre os responsáveis pelo assassinato. Realça Chico do Vale como suspeito. O suposto assassino ainda é conhecido nos dias de hoje pelo medo e terror que disseminou. Trata-se de um famoso jagunço contratado por

⁸ Fundado em 1951 por Otávio Miranda.

latifundiários para cometer atrocidades contra camponeses durante as disputas na região Meio Norte piauiense.

Sobre o mesmo acontecido o *Caderno de Conflitos no Campo Brasil de 1990*, no texto *A modernidade no atoleiro*, traz uma versão mais detalhada dos fatos:

No Piauí, Pedro Silva, titular da Delegacia de Entorpecentes de Teresina, liderou policiais e jagunços para expulsar 153 famílias e queimar 36 casas, na Lagoa do Cazuzá, município de Miguel Alves. Dois posseiros foram presos e torturados, um deles, Irênio de Sousa Nascimento, morreu no hospital. (CPT, 1990, p. 24)

A CPT, organização que busca a defesa dos direitos humanos e dedicada esforços em prol das causas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, desde fins dos anos de 1980 desempenhou papel crucial na organização da resistência do trabalhadores rurais miguelalvenses. Assim, seu objetivo em publicações como os *Cadernos de Conflito no Campo Brasil* é denunciar as violências sofridas pelos trabalhadores. Desse modo, sem nada a esconder percebemos que na passagem citada fica bem claro que atrocidades envolvendo incêndios, prisões ilegais, torturas, assassinatos contra os trabalhadores pobres não foram apenas cometidas por policiais e jagunços contratados, mas também lideradas por um delegado da Polícia Civil.

Tais elementos nos remetem novamente aos argumentos de Regina Beatriz Gomes Neto (2014) sobre o estabelecimento de alianças entre proprietários/empresários, agentes do Estado e aparelhos repressão policial fomentando práticas de violência para aniquilar as reivindicações dos trabalhadores pela terra, direitos sociais e humanos.

Ao rememorar sobre a Morte de Irênio, José Osmar numa junção de emoção e ressentimento com a morte de seu “companheiro de luta” o trata como saudoso Irênio, um mártir da luta pela terra “a nível de país”. Sua fala confirma alguns pontos, presentes em outras evidências, e acrescenta outros:

Veio um jagunço, acompanhado de um delegado de Teresina, por nome Pedro Silva da polícia civil, (...) e esse delegado, eu acredito que ele foi contratado pela empresa, e veio pra fazer a reintegração de posse para a fazenda.

E, começou a correr atrás de gente começou a bater em gente, com um grande contingente de homens fortemente armados, de jagunços, veio um cidadão do Ceará que também era um dos jagunço.(...)

Ai assim esse agiu, e foi ai que aconteceu com esse cidadão lá esse companheiro, saudoso Ireno. Eles deram... bateram muito no rapaz,

espancaram mesmo lá na Lagoa do Cazuzá. Porque eles dizia... “perguntavam ele tu vai embora ou não vai?” “Rapaz, eu não vou pra lugar

nenhum que eu moro é aqui.” “Pois tu vai, se tu não for de um jeito tu vai de outro.” “Rapaz não me mata não rapaz.” “Não aqui é só pra tu aprender.” Bateram muito, espancaram. (...) Só que ele foi mais grave, por que era um dos líderes que tinha lá. (JOSÉ OSMAR, 2018)

A figura do delegado e jagunços, empunhando armas de fogo durante perseguição do ocupantes é realçada. Por ser um dos líderes da ocupação, a morte com requintes de crueldade foi tanto uma forma de desmobilização quanto de disseminação de medo. Na narrativa, um possível diálogo final entre Irênio e os assassinos inicialmente destaca a figura heroica do camponês que resiste e reivindica a posse terra com base na vivência e trabalho na terra. Em seguida o diálogo muda, o martírio força um pedido de clemência, não atendida.

Esse possível desfecho da vida de Irênio que declina da impavidez e convicção, de causas pela luta, ao sofrimento da tortura e rendição são elementos reveladores. Trazem à tona o drama de centenas de famílias de trabalhadores pobres que desafiaram o poderio do latifúndio cuja experiência e memória são perpassadas por confrontos, resistências, surpresas, violência e temor.

Importante ressaltar que os embates entre trabalhadores e proprietários a que temos nos referido não são compreendidos sob a ótica de causa/efeito, como reações espasmódicas às longos períodos de sujeição e exploração. Ou a manifestação repentina de todo um manancial de cólera incontrolável contra os grupos dominantes. Nos distanciamos do estereótipo correlato à camponeses passivos cujas rebeliões são esporádicas. Entendemos que “as declarações de guerra, com seus riscos mortais, normalmente acontecem depois de um demorado enfrentamento num terreno diferente”. (SCOTT, 2002, p. 14).

O terreno a que James Scott (2012, p.11) se refere é o do cotidiano ou “a arena mais durável dos conflitos de classe e da resistência”. Argumentamos no tópico anterior que a venda clandestina do babaçu configurou-se em uma forma de resistência prosaicas dos trabalhadores sob a condição de agregados. A incidência desta prática traz à tona a existência de uma consciência subalterna desafiadora da autoridade dos patrões. Além do mais, tratavam-se de ações imprescindíveis para a sobrevivência. Na medida em que o monopólio em torno da comercialização do babaçu enrijeceu, comprometendo ganhos suplementares, o campo de negociações se restringiu. Assim, as resistências deslocam-se da esfera cotidiana para o domínio público.

Analisando fontes hemerográficas identificamos como a gênese de múltiplas tensões esteve relacionada ao rompimento do monopólio de venda do coco babaçu. O Jornal Diário do

Povo⁹, na matéria: *Trabalhadores vão ao INCRA exigir terras*, retrata as exigências de desapropriação e formação de assentamentos rurais, por um grupo de trabalhadores da Fazenda Saco Barro, propriedade de José de Deus Lacerda Filho. Conforme o noticiado a ação foi motivada por uma série de episódios conflituosos que tiveram limiar na desconsideração de uma das imposições do proprietário: a referente à comercialização restrita do babaçu.

os trabalhadores resolveram vender coco babaçu para comerciantes, o que não é permitido pelo dono da fazenda. José Francisco, um dos herdeiros acusou Manoel dos Anjos Macedo, 25 anos, e que mora a um ano e meio, em Jenipapo, de incentivar os outros posseiros a vender o coco para comerciantes da cidade. No dia 30 de Abril, o fazendeiro acompanhado de quatro capangas se dirigiram a comunidade de Jenipapo para efetivar o despejo do posseiro Manoel. Isso só não ocorreu porque 40 pessoas se reuniram e impediram o capanga de derrubar a casa de Manoel. (DIÁRIO DO POVO, 1998, p.03)

Limites testados de ambos os lados da relação entre proprietário e moradores. Por um lado os trabalhadores que não suportavam mais a limitação da comercialização buscaram alternativas com outros compradores. Por outro, o herdeiro da propriedade não aceitou as afrontas e aciona capangas para expulsar o encorajador da desobediência na fazenda. Declarado o confronto direto, os trabalhadores reunidos por experiências comuns, laços de solidariedade e de reciprocidade não permitiram a derrubada da casa e expulsão de um dos seus.

As divergências na fazenda se acirraram. Os trabalhadores passaram a receber constantes ameaças contra a vida e a serem vigiados por capangas armados. O arrocho das exigências referentes ao pagamento de renda e da exclusividade da entrega de toda a produção do babaçu prepararam o cenário para o acontecimentos de mais atritos. Diante disso, a matéria intitulada *Marcados para morrer* relata aquele clima de tensões:

Zeneto acusa o vereador José Angelo Lacerda (Potó), irmão de José de Deus Lacerda, de ser o autor das ameaças. Ele disse que dentro da propriedade existem cerca de 11 jagunços armados com revólveres e facões, como se estivessem vigiando. A confusão começou no dia 17 do mês passado. Depois que os lavradores revoltados destruíram uma casa de propriedade de José de Deus Lacerda Filho, suposto dono da terra, a polícia foi chamada e prendeu Luis Francisco de França, que também foi espancado. Raimundo Valentino de Sousa e Francisco Valentino de Sousa.

Os lavradores destruíram a casa abandonada porque estavam ameaçados de ter a produção de babaçu comprada pelo proprietário sem pagamento. Ele

⁹ Fundado em 1987 por Aécio Fernandes.

queria também que os lavradores pagassem a renda de tudo que foi produzido”. (JORNAL AGORA, 05 AGOSTO DE 1998, p. 09)

Zeneto, mencionado no trecho, seria um morador da fazenda que sofreu ameaças de morte. Ele acusa um vereador do município, irmão do proprietário. Aspecto que ressalta a existência de alianças entre latifundiários e poder político local. Além disso, percebe-se a questão do babaçu no âmago do desencadeamento de conflitos. Chama a atenção que a reação escolhida pelos trabalhadores e que despertou severa coerção foi a derrubada de uma casa abandonada.

A casa derrubada não foi aquela habitada pelo patrão, embora o impacto da ação foi como se tivesse sido. As expulsões se tratavam de momentos aterrorizantes marcados por agressões e humilhações. As famílias eram colocadas para fora da propriedade através do incêndio ou da derrubadas de suas habitações. Assim, a derrubada da casa transmite a ideia de que naquele momento eram os trabalhadores, que se reivindicavam donos por direito da terra, que estariam expulsando o tirano patrão. Tal ação representa o novo momento histórico, em que a insubordinação ao patrão saiu da relativa proteção do sigilo e do anonimato para o desafio aberto.

O título deste tópico é retirado da entrevista de José Osmar que narra a efervescência dos conflitos agrários como “uma revolução”. Este modo de descrever os acontecidos nos ajudar a compreender o cenário de transformações a que estavam passando os trabalhadores rurais pelo Brasil. As revoluções não tem origem repentina, são gestadas durante longas temporadas de confrontos silenciosos. Temporadas marcadas por expropriação, violência, abusos, resistências cotidianas cujo desgaste das relações entre classes contribui para o aparecimento dos momentos de intensas agitações e tensões.

Neste sentido, com a seguinte maneira de retratar os conflitos o trabalhador demarca aqueles movimentos de contestação como um momento de ruptura e anunciador de novos tempos. Ou seja, a ruptura com um longo período de restrições e explorações vividos sob a condição de agregados. Seguido do anúncio da conquista do direito de acesso à terra sob a condição de assentados.

5. Conclusão

Com base na argumentação exposta inferimos que no contexto problematizado há um momento em que os conflitos se resguardam na esfera do cotidiano. Desta maneira, seria

equivocado crer que as relações entre agregados e fazendeiros fossem caracterizadas por laços paternalistas aniquiladores de qualquer manifestação de resistências por parte dos trabalhadores pobres. Para garantir a exploração dos subalternos os proprietários utilizavam como recursos a teatralização de gestos, cuja intenção era realçar a imagem de benevolência para facilitar a expropriação do trabalho, supervisão e domínio.

Naquelas condições o ônus recaía todo sobre os ombros dos despossuídos, e disto eles tinham consciência, como fica claro em suas memórias. Mesmo entre aqueles cujas suas lembranças ainda preservam a imagem caridosa de seus antigos patrões é possível identificar uma clara consciência de interesses, e a tomada de atitudes sutis que feriam a autoridade dos proprietários.

Além disso, compreendemos que estas ações antagônicas foram importantes experiências de classe que fomentaram os confrontos abertos que se seguiram. Conflitos violentos, marcados por mortes, ameaças, perseguições, expulsões e disputas na Justiça. Mas, que contribuíram para a conquista da posse da terra através da implementação dos assentamentos rurais na região.

Referências

Livros e publicações, outras:

AZEVEDO, Maria Francisca. **O Casarão do Olho d'Água dos Azevedo**. Teresina, COMEPI, 1992.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia. CPT. Nacional. (1990-2013).

IBGE – **Piauí, Miguel Alves, dados gerais do município**. 2010. Disponível em > <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=220620&search=%7Cmiguel-alves>< acessado em 20 de julho de 2019.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO PARNAÍBA. **PLANAP**: Síntese Executiva: Território entre Rios / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASP. – Brasília, DF: TDA Desenhos e Arte Ltda., 2006.

Entrevistas:

AURÉLIO ANDRADE. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 27.04.2019, no Município de Miguel Alves.

JOSÉ OSMAR Alves. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 20.05.2018, no Município de Miguel Alves.

MARIA DUVALINA de Sousa Santos. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 05.05.2018, no Município de Miguel Alves.

Jornais:

CPT. **Conflitos Agrários crescem 20% nos municípios piauienses.** Jornal Meio Norte. Teresina, Piauí, 21 de dezembro de 2007, p.05.

_____. **Marcados para morrer.** Jornal Agora. Teresina, Piauí, 05 de agosto de 1998, p.09

_____. **Trabalhadores vão ao INCRA exigir terras.** Jornal Diário do Povo. Teresina, Piauí, 16 de junho de 1998, p. 03.

_____. **Violência no campo continua fazendo vítimas.** Jornal o Dia. Teresina, Piauí. 20 de junho de 1991. p. 20

Bibliografia:

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e cartografias de memórias:** trabalho e migração de cearenses para Entrerios (Piauí) – 1940-1970. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza- CE, 2018.

DOMINGOS NETO, Manoel; Borges, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense.** 2 ed. Teresina: CEPRO, 1987.

LINHARES, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida:** uma história agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Marina. **Agregado.** In: Dicionário da Terra. MOTTA, Márcia.(org) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

NETO, Regina Beatriz Gomes, **Violência e trabalho na Amazônia:** narrativa historiográfica. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na História Oral:** A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História, São Paulo, (14), de fev.1997.

ROCHA, C. C. **A vida da lei a lei da vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a Arte da Resistencia:** discursos ocultos. Letra Livre, 2013.

_____. **Formas cotidianas de resistência camponesas.** Raízes, v 21, n 01, jan.- jun 2002.

_____. **Exploração normal, resistência normal.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-junho de 2011, pp.221-243.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A formação da classe operária.** (Vol. 1) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento crítico de Althusser. Zahar Editores. Rio de janeiro. 1981

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em 29 de outubro de 2019

Aprovado em 15 de dezembro 2019